

09 Relatório  
e Contas



## 09 Relatório e Contas

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografias BESart que o Banco Espírito Santo está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

FOTOGRAFIAS Coleção Banco Espírito Santo

BES art COLEÇÃO BANCO ESPÍRITO SANTO

DESIGN E DESENVOLVIMENTO Linha21 Marketing e Publicidade

L2!



**SZE TSUNG LEONG** b. 1970, American / British  
"From the Horizons Series. Odoi, Nishi-Izu, Shizuoka, Japan" 2008,  
C-print 71,12 x 121,92 cm, Edição: 2/5+2Ap.  
© Sze Tsung Leong, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York



**SZE TSUNG LEONG** b. 1970, American / British  
"From the Horizons Series, Rio Tejo", 2006  
C-print, 60,96 x 111,76 cm, Edição: 2/5+2Ap  
© Sze Tsung Leong, Courtesy Yossi Milo Gallery, New York

**LOGO<sup>®</sup>**

## ÍNDICE

**LEE FRIEDLANDER** b. 1934, USA "Glennwood Springs, Colorado", 1981 da série, "Lettres from people", Prova brometo de prata 40,6 x 50,8 cm.  
© Lee Friedlander, courtesy Fraenkel Gallery, San Francisco and Galerie Thomas Zander Cologne





## SEGUROS LOGO

<b>01</b> Órgãos Sociais	<b>09</b>
<b>02</b> Relatório do Conselho de Administração	<b>13</b>
<b>03</b> Demonstrações Financeiras	<b>21</b>
<b>04</b> Demonstração do Rendimento Integral	<b>27</b>
<b>05</b> Mapa de Variação de Capitais Próprios	<b>31</b>
<b>06</b> Demonstração de Fluxos de Caixa	<b>35</b>
<b>07</b> Anexo às Demonstrações Financeiras	<b>39</b>
<b>08</b> Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	<b>67</b>



LOGO®

**SHARON LOCKHART** b. 1964 USA "Gary Gilpatrick, Insulator", 2008, 3 provas por revelação cromogénea, cada: 62,9 x 78,1 cm, Edição 5/6+AP.  
Cortesia do Artista & Neugerriemschneider, Berlin



# 01 ÓRGÃOS SOCIAIS

LOGO®

# 01 ÓRGÃOS SOCIAIS

## Assembleia-Geral

### Presidente

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

### Secretário

Gustavo Alexandre Dinis Gomes Ferreira

## Conselho de Administração

### Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

### Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

## Conselho Fiscal

### Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

### Vogal

João de Faria Rodrigues

### Vogal Suplente

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

## Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

### Suplente

Soc. de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

## Conselho de Administração



Peter Brito e Cunha  
(Presidente)



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente

**SHARON LOCKHART** b. 1964 USA **"Gary Gilpatrick, Insulator"**, 2008, 3 provas por revelação cromogénea, cada: 62,9 x 78,1 cm, Edição 5/6+AP.  
Cortesia do Artista & Neugerriemschneider, Berlin



# 02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LOGO®

# 02 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respectivas Contas da Seguros LOGO, S.A. respeitantes ao exercício de 2009.

## 2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2009 ficou marcado, no seu conjunto, pela forte queda ou desaceleração da actividade nas principais áreas económicas, na sequência da crise financeira global iniciada em 2007. Esta evolução foi determinada, sobretudo, por uma deterioração significativa da confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa quebra da procura e no colapso dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. A recessão foi vivida num quadro de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros e, em função disso, num ambiente de maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica.

Como resposta, as autoridades puseram em prática programas agressivos de estabilização financeira e de estímulo ao crescimento. Estes incluíram a redução dos juros de referência para níveis próximos de zero, a injeção massiva de liquidez no sistema financeiro (por exemplo, através da aquisição de títulos de dívida pública e privada por parte dos bancos centrais) e, ao nível da política orçamental, estímulos fiscais ao consumo de bens duradouros e um aumento do investimento público em infraestruturas.

Em função da agressividade destes estímulos, observaram-se, na segunda metade do ano e, sobretudo, no 4º trimestre, sinais claros de aceleração da actividade global e de estabilização financeira. Esta última traduziu-se num estreitamento gradual dos *spreads* nos mercados monetário e de crédito, reflectindo um recuo da aversão ao risco e uma maior confiança dos agentes na normalização do sector financeiro.

### 2.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia da Zona Euro revelou um desempenho da actividade diferenciado entre a primeira e a segunda metade do ano. O 1º semestre ficou marcado por uma forte contracção da actividade (quedas de 2,4% e de 0,2% *yoy* nos dois primeiros trimestres), prosseguindo a recessão iniciada no 2º trimestre de 2008, com fortes recuos das exportações e do investimento. Este desempenho deve ser lido ainda no contexto das consequências da crise financeira, cujo ponto máximo se registou em Setembro e Outubro de 2008. A contracção da liquidez e a forte deterioração da confiança ocorrida nos últimos meses daquele ano conduziram a um recuo generalizado da confiança e da procura que, por sua vez, se traduziu numa forte contracção da procura externa (com impacto especialmente negativo na Alemanha, com uma quebra esperada do PIB próxima de 5,0% em 2009, o pior registo desde a 2ª Guerra Mundial). Diversas economias da Zona Euro continuaram, ainda, a sofrer os efeitos de uma recessão no sector da habitação, a qual ampliou o ajustamento negativo da procura. No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou uma queda próxima de 4,0%.

Os 3º e 4º trimestres de 2009 ficaram, contudo, já marcados por um regresso ao crescimento positivo da actividade (variações de 0,4% e 0,6% *yoy*, respectivamente), após cinco trimestres consecutivos de contracção.

Esta melhoria do desempenho beneficiou de uma recuperação das exportações, de um efeito favorável do investimento em reposição de stocks (favorecendo a actividade industrial) e dos estímulos monetários e orçamentais levados a cabo pelas autoridades. A procura interna, contudo, revelou ainda um desempenho débil, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privado, pela deterioração das condições do mercado de trabalho (de que se destaca a subida progressiva do desemprego até 10,0% da população activa no final do ano), e por um aumento da poupança por motivo de precaução.

No plano dos preços, registou-se uma inflação média anual marginalmente superior a 0% (após 3,3% em 2008), resultante da ausência de pressões ascendentes sobre os preços do lado da procura, bem como da evolução dos preços da energia, com o efeito estatístico decorrente da baixa do preço do petróleo face ao ano de 2008. Neste contexto, o Banco Central Europeu prosseguiu até Maio uma trajectória de redução das taxas de juro de referência. A autoridade monetária europeia procedeu a duas descidas da principal taxa de juro de referência de 50 pontos base em Janeiro e Março e a duas descidas de 25 pontos base em Abril e Maio. Desde Outubro de 2008, aquela taxa foi reduzida de 4,25% para 1%. O BCE reduziu também, entre Janeiro e Maio, as taxas de juro de cedência de liquidez e de depósito em 125 e 175 pontos base, respectivamente. Para além disso, forneceu uma ampla liquidez ao sistema bancário, destacando-se três operações de cedência ilimitada de liquidez a 12 meses (que ascenderam a cerca de 614 mil milhões de euros), as duas primeiras a uma taxa fixa de 1% e a terceira a uma taxa indexada aos juros das operações de refinanciamento.

A condução de políticas orçamentais expansionistas por parte dos governos nacionais, visando estimular a procura interna, levou a uma deterioração considerável das contas públicas, tendo o défice orçamental da Zona Euro no seu conjunto aumentado de 2,0% para cerca de 6,0% do PIB. Destacaram-se, a este propósito, os défices públicos da Grécia, Irlanda e Espanha, superiores a 10,0% do PIB. Esta evolução traduziu-se numa deterioração do risco soberano (ampliação do diferencial das *yields* dos respectivos títulos da dívida pública relativamente aos títulos alemães), que penalizou particularmente a Grécia e a Irlanda (que sofreram *downgradings* dos respectivos *ratings* no final do ano) mas, também, as outras economias da “periferia” da Zona Euro (Itália, Espanha e Portugal, com os dois últimos a sofrerem revisões em baixa no *outlook* para os respectivos *ratings*).

### 2.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Reflectindo os efeitos da recessão económica global, a economia portuguesa registou, em 2009, uma contracção do PIB de 2,7%. Este desempenho revelou-se, contudo, menos desfavorável do que o observado nos principais parceiros de Portugal na União Europeia (registaram-se quedas do PIB de 3,7% em Espanha, 5,0% na Alemanha, 2,8% em França e 4,5% no Reino Unido). Para além da menor intensidade da recessão, Portugal foi uma das primeiras economias da UE a abandonar o ciclo de variações negativas do PIB, logo a partir do 2º trimestre.

Este comportamento é explicado pelo facto de a procura não ter sido afectada, como em outras economias, por fortes efeitos-riqueza negativos associados a correcções do mercado imobiliário, nem por situações de instabilidade no sistema financeiro. Neste sentido, a recessão sofrida pela economia portuguesa em 2009 resultou, sobretudo, da quebra da procura externa, bem como de uma natural deterioração da confiança das famílias e das empresas, com impacto negativo no consumo e, sobretudo, no investimento. Estes dois agregados foram, também, afectados pela maior restritividade dos critérios de financiamento da actividade económica, fruto de uma liquidez menos disponível nos mercados financeiros internacionais.

Assim, no conjunto de 2009, as exportações registaram uma queda de 12,3%, após um recuo de 0,5% no ano anterior. Esta queda foi comum à generalidade dos bens e serviços, bem como a todos os principais destinos de exportação na União Europeia. Reflectindo a contracção da procura interna, as importações caíram 10,7% no conjunto do ano, após um crescimento de 2,1% em 2008.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e a menor disponibilidade do crédito pesaram decisivamente na evolução do investimento, que registou uma quebra real de 12,6%. Para além das despesas de capital fixo, esta evolução ficou, também, a dever-se a uma diminuição do nível de *stocks*, que acentuou o contributo negativo do investimento para o PIB. Assim, o investimento das empresas terá registado uma queda real próxima de 15,0%, que não foi compensada pelo forte aumento do investimento público (de cerca de 13,0%), a principal expressão dos estímulos orçamentais à actividade económica (o consumo público registou uma subida real de 2,0%). O investimento das famílias em habitação acentuou a tendência de queda observada no ano anterior, com um registo próximo de -12,0%.

A descida da confiança e o aumento da incerteza entre as famílias traduziu-se ainda numa quebra do consumo privado, em cerca de 0,8%. Esta evolução ocorreu apesar de um aumento do rendimento disponível das famílias, fruto da descida dos juros e, sobretudo, do aumento das transferências do Estado, explicando-se, em grande medida, pela atitude de precaução adoptada pelas famílias. Assim, o ano de 2009 ficou marcado por um aumento significativo da taxa de poupança, para um valor ligeiramente acima de 8,0% do rendimento disponível. Esta subida interrompeu uma tendência de queda da poupança das famílias observada desde 2002. A evolução negativa do consumo privado é explicada pela forte quebra do consumo de bens duradouros, uma vez que as despesas em bens não duradouros registaram um crescimento marginalmente positivo.

O poder de compra das famílias beneficiou, em 2009, de uma inflação negativa. Em termos médios anuais, a inflação caiu de 2,6% para -0,8%. Este facto reflectiu, em primeiro lugar, um efeito estatístico associado à forte subida dos preços das matérias-primas (e, em particular, do petróleo) em 2008. Mas ele é, igualmente, o reflexo da conjuntura recessiva de 2009, que terá restringido fortemente o poder de fixação de preços das empresas.

A quebra geral da actividade económica fez aumentar rapidamente o número de desempregados e a taxa de desemprego atingiu um máximo histórico em 2009 ao chegar aos 9,5%, um agravamento de 1,9 p.p. face a 2008.

Não obstante a evolução negativa das exportações, 2009 fica marcado por uma correcção do défice conjunto das balanças corrente e de capital, ou défice externo, de 10,5% para um valor em torno de 8,3% do PIB. Este facto reflecte o processo de *deleverage* levado a cabo pelo sector privado em 2009, bem como uma diminuição do défice energético. À diminuição das necessidades de financiamento do sector privado correspondeu

um aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, sobretudo em resultado dos estímulos orçamentais à actividade económica, mas reflectindo igualmente os efeitos da fase baixa do ciclo económico sobre as contas públicas. Neste contexto, o défice público subiu de 2,7% para 9,3% do PIB.

### 2.1.3 MERCADO SEGURADOR

A conjugação de um agravamento da *performance* macroeconómica em 2009 com a intensificação do ambiente concorrencial no sector segurador, condicionou a massa segurável e originou a ocorrência de práticas tarifárias agressivas.

Apesar da melhoria registada ao nível dos resultados financeiros decorrente da forte valorização das carteiras de investimento, graças ao ano positivo dos mercados em 2009, o sector segurador ressentiu-se da quebra da actividade económica.

O bom desempenho do sector em termos de resultados financeiros não foi acompanhado em termos operacionais. Segundo as últimas estimativas, o resultado líquido global das seguradoras que operam no mercado português voltou a ser positivo em 2009, de 300 milhões de euros, o que compara com os -30 milhões de euros em 2008 e 660 milhões de euros em 2007. Os capitais próprios ascenderam a 4,3 mil milhões de euros, uma subida homóloga de 39% e uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,7%.

Em termos da produção de seguros, o ano de 2009 foi negativo, tanto para os seguros de Vida como para os seguros Não Vida. O volume de prémios, Vida e Não Vida, no valor de 14 559 milhões de euros, registou uma diminuição de 5,0% em relação ao ano anterior. O segmento Vida, com prémios na ordem dos 10 427 milhões de euros, sofreu uma queda na sua produção de 5,3%, apesar de em 2009 se ter assistido a um crescimento do rendimento disponível dos particulares e da respectiva taxa de poupança. Pressupõe-se que, num contexto de recuperação do sector accionista do mercado de capitais, parte das poupanças foram redireccionadas para outras aplicações de maior risco.

Destaque para os PPR, produtos que vêm merecendo uma crescente popularidade no aforro de longo prazo e cujas contribuições cresceram 27,6%. Este tipo de produtos representa 30% dos prémios Vida e 22% do total da produção seguradora.

O decréscimo do volume de prémios Não Vida já se tinha verificado em 2008, mas em 2009 foi mais acentuado: -1,4% em 2008 e -4,4% em 2009, para uma produção de 4 132 milhões de euros. Esta diminuição resulta quer da evolução negativa da economia, quer do ambiente competitivo no mercado que conduz a uma forte pressão sobre o valor dos prémios. Os ramos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel, os dois maiores do segmento Não Vida representando 57% do mercado Não Vida, foram especialmente afectados por estes factores, com quebras na produção de 9,1% e 7,5%, respectivamente.

Com uma evolução positiva, salientam-se os seguros de Saúde, reflectindo a continua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde, ainda que também eles com um crescimento mais modesto do que em anos anteriores: 9,6% em 2008 e 3,5% em 2009.

O peso da actividade seguradora no PIB desceu, de 9,21% em 2008 para 8,83% em 2009 mantendo-se, no entanto, a um nível superior ao de 2007 (8,45%). O segmento Vida contribui com 6,32% para o PIB e o Não Vida com 2,51% (6,61% e 2,60% em 2008, respectivamente). A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se em 2009, para 73,4% contra 70,9% em 2008.

No que diz respeito ao mercado de seguro directo, com um volume de prémios de 78,1 milhões de euros, e contrariamente ao total do segmento Não Vida, continuou-se a assistir ao seu crescimento de forma sustentada, o qual se cifrou em 2009 em 2,1%. Este crescimento está alicerçado na mudança do comportamento dos consumidores, sobretudo nas zonas urbanas, onde os canais directos têm ganho peso face aos canais tradicionais, e está alinhado com as tendências sentidas nos principais mercados europeus e americano.

O crescimento verificado em 2009 esteve também ligado à consolidação das novas seguradoras (e marcas) lançadas em 2008, com particular destaque exactamente para a LOGO. Estes factores fizeram com que a penetração do seguro directo no total do ramo Automóvel aumentasse cerca de 0,7 p.p., de aprox. 3,8% para aprox. 4,5%.

## 2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2009

O lançamento comercial da LOGO ocorreu em Janeiro de 2008, pelo que 2009 foi um ano de desenvolvimento e consolidação do negócio.

Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multi-canal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

Este facto, permite-lhe tirar partido de um elevado conjunto de sinergias, não apenas a nível de custos, como também de acesso a conhecimento, plataformas e recursos que permitem potenciar as receitas e a sua eficácia.

Em 2009, a LOGO prosseguiu a sua estratégia de negócio, assente numa linha de comunicação e marketing inovadora e diferenciadora. A comprová-lo, os dois prémios recebidos, quer o Prémio Marketeer na Categoria de Seguros, quer sobretudo o Grande Prémio Eficácia da Comunicação, que premeia o retorno obtido por cada euro investido, e que pela primeira vez foi atribuído pelo júri a uma empresa de seguros (e ao qual concorriam empresas dos mais variados sectores de actividade).

De destacar o peso da internet no total de clientes angariados, o qual superou significativamente o objectivo definido, demonstrando o grau de concretização da estratégia delineada e a vantagem competitiva adquirida face à concorrência.

Estes factos concorreram para o aumento do número de clientes em 150%, atingindo um total de 71 725, comparando com um objectivo inicial de 55 000 (i.e., mais 30%).

2009 representou também o ano de inicio de alargamento da oferta a outros ramos de seguros, para além do automóvel. Com efeito, e tendo em conta os resultados obtidos, decidiu-se antecipar os planos de diversificação da oferta, tendo sido lançado o produto "LOGO Casa" em Dezembro (seguro Multirrisco). A diversificação da oferta permite à LOGO posicionar-se cada vez mais como a seguradora de referência junto do seu *core target*, disponibilizando aos seus clientes uma oferta integrada e inovadora de seguros.

As medidas implementadas em 2009 permitiram ainda uma redução de custos face ao que estava previsto, apesar do forte investimento em publicidade, o qual se vai continuar a verificar nos próximos anos.

A LOGO terminou o ano com o capital social de 20 milhões de euros.

## 2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ACTIVIDADE

(milhares de euros)

Principais Variáveis	2009	2008	VAR 09/08%
<b>Balanço</b>			
Investimentos	10 848	12 406	-12,6
Activo Líquido	20 277	16 890	20,1
Capital Próprio	5 564	9 117	-39,0
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios Brutos Emitidos	11 447	4 113	178,3
Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	2 700	82	3 192,7
Custos com Sinistros	7 850	2 405	226,4
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	3 369	634	431,4
Gastos de Exploração Líquidos	6 112	7 792	-21,6
Rendimentos e Ganhos			
Líq. de Activos Disponíveis para Venda	782	130	501,5
Resultado antes de Impostos	-7 512	-10 880	31,0
Resultado Líquido	-7 517	-10 890	31,0
<b>Indicadores (%)</b>			
Taxa de Sinistralidade*	88,8	121,0	-32,12 p.p.
Gastos de Exploração Líquidos / Prémios Brutos Emitidos	53,4	189,4	-136,06 p.p.
Resultado Líquido / Prémios Brutos Emitidos	-65,7	-264,8	199,10 p.p.
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	130,3	260,9	-130,60 p.p.

(\*) taxa de sinistralidade = (custos com sinistros / prémios adquiridos).

## 2.4 A ACTIVIDADE DA LOGO EM 2009

### 2.4.1 PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO

O volume de prémios de seguro directo ascendeu em 2009 a 11 447 milhares de euros, o que significa um crescimento de 178,3% (i.e., aumento da produção em 7 334 milhares de euros de prémios brutos emitidos), em relação a 2008, num mercado de canal directo que evidencia um crescimento acumulado a Dezembro 2009 de 2,1%.

No último mês de 2009, a LOGO arrancou com o novo ramo Multirrisco, que atingiu no mês a produção de 1,1 milhares de euros.

Face ao mercado de canal directo auto, a seguradora tem vindo a ganhar quota de mercado, atingindo os 15,3% em Dezembro 2009 (6,0% em Dezembro 2008, com 1 ano de actividade).

A evolução dos prémios está alinhada com o aumento da base de clientes, sendo de destacar o aumento em 150% desta última, atingindo os 71 725 clientes a 31 de Dezembro de 2009 e ultrapassando o objectivo do *Business Plan* em 30%.

(milhares de euros)

Prémios Brutos Emitidos	2009	2008	VAR 09/08%
<b>Incêndio e Danos</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Automóvel</b>	<b>10 447</b>	<b>3 766</b>	<b>177,4</b>
Automóvel Danos Próprios	2 247	829	171,0
Automóvel RC	7 516	2 702	178,2
Automóvel Ocupantes	684	235	191,1
<b>Diversos</b>	<b>999</b>	<b>346</b>	<b>188,7</b>
Assistência em Viagem Auto	999	346	188,7
<b>TOTAL</b>	<b>11 447</b>	<b>4 112</b>	<b>178,4</b>

## 2.4.2 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRECTO

Os custos com sinistros apresentaram uma variação homóloga positiva em 5 445 milhares de euros (+226,4%), que se justifica essencialmente pelo aumento da carteira de prémios, sendo que no corrente ano os Prémios Adquiridos também apresentaram um aumento significativo de 6 849 milhares de euros (+344,5%).

A taxa de sinistralidade calculada através do rácio (custos com sinistros/ prémios brutos adquiridos), atingiu os 88,8%, valor alinhado com o previsto no *Business Plan* (85,0%).

(milhares de euros)

Custos com Sinistros	2009	2008	VAR 09/08 %
<b>Incêndio e Danos</b>	-	-	-
<b>Automóvel</b>	<b>7 850</b>	<b>2 405</b>	<b>226,4</b>
Automóvel Danos Próprios	2 137	643	232,4
Automóvel RC	5 505	1 716	220,9
Automóvel Ocupantes	208	47	345,9
Diversos	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7 850</b>	<b>2 405</b>	<b>226,4</b>

## 2.4.3 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO

As variações das provisões técnicas de seguro directo ascenderam a 3 454 milhares de euros, o que significa um decréscimo de 858 milhares de euros (-19,9%).

(milhares de euros)

Provisões Técnicas	2009	2008	VAR 09/08 %
Provisão Prémios Não Adquiridos	2 610	2 125	22,8
Custos Aquisição Diferidos	-522	-425	22,8
Provisão Riscos em Curso	1 366	2 612	-47,7
<b>TOTAL</b>	<b>3 454</b>	<b>4 312</b>	<b>-19,9</b>

## 2.4.4 RESSEGURO CEDIDO

Comparativamente a 2008, em 2009 o saldo de resseguro cedido, no valor de 287 milhares de euros, decresceu em 723 milhares de euros.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2009	2008	VAR 09/08 %
<b>Incêndio e Danos</b>	-	-	-
<b>Automóvel</b>	<b>903</b>	<b>1 143</b>	<b>-21,0</b>
Automóvel Danos Próprios	498	343	45,2
Automóvel RC	531	805	-34,0
Automóvel Ocupantes	-126	-5	2 420,0
Diversos	-615	-133	362,4
Assistência em Viagem Auto	-615	-133	362,4
<b>TOTAL</b>	<b>287</b>	<b>1 010</b>	<b>-71,6</b>

## 2.4.5 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro foi positivo em 721 milhares de euros, resultado da evolução da receita acumulada, apesar do aumento dos custos com sinistros e da variação das provisões técnicas.

## 2.4.6 GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Os gastos de exploração líquidos, no montante de 6 112 milhares de euros, reflectiram essencialmente custos incorridos com publicidade e comunicação, despesas de maior relevância numa seguradora directa, que nos seus primeiros anos de actividade englobam também a necessidade de maior investimento para o lançamento e consolidação da Marca.

(milhares de euros)

Gastos de Exploração Líquidos	2009	2008	VAR 09/08 %
Custos de Aquisição	7 035	7 205	-2,4
Custos Administrativos	1 020	1 731	-41,1
Comissões e Part. nos Resultados de Resseguro	-1 943	-1 145	69,7
<b>TOTAL</b>	<b>6 112</b>	<b>7 792</b>	<b>-21,6</b>

## 2.4.7 INVESTIMENTOS

As principais economias mundiais registaram as maiores quedas da actividade económica desde a segunda guerra mundial nos seis meses compreendidos entre Outubro de 2008 e Março de 2009. O PIB dos EUA registou uma contracção, em termos anualizados, superior a -6% no 1º trimestre de 2009.

As medidas de estímulo económico implementadas pelos bancos centrais e governos de todo o mundo numa escala sem precedentes conseguiram estancar a crise - medidas sem as quais as principais economias mundiais poderiam ter entrado numa recessão prolongada (depressão).

O anúncio da criação do *bad bank* nos EUA, para compra de activos tóxicos existentes no balanço dos bancos, e o *stress test* realizados pela FED à adequação de capitais dos bancos norte-americanos para enfrentar a crise, foram essenciais para a restauração da confiança dos agentes económicos e da sustentabilidade do sistema financeiro a nível mundial.

O ponto mais baixo da crise foi atingido entre Março e Junho de 2009, tendo as principais economias registado crescimentos trimestrais do PIB positivos no terceiro trimestre de 2009. Esta recuperação deveu-se, em grande parte, à reposição de *stocks* e a medidas temporárias de incentivo ao consumo, tornando a recuperação bastante vulnerável e dependente da manutenção dos elevados estímulos fiscais, orçamentais e monetários ainda existentes.

Os *spreads* no mercado de dívida corporate estreitaram fortemente com a normalização do mercado, através do restabelecimento do mercado primário de emissões (reduzindo o risco de *default*), e pelo facto dos investidores descontarem um cenário de recuperação, em vez de depressão. Contudo, os *spreads* mantêm-se a níveis mais elevados do que os registados pré-crise financeira, reflectindo a maior percepção de risco existente actualmente no mercado.

Neste contexto, a política financeira da LOGO centrou-se na redução dos elevados níveis de liquidez existentes no início do ano e na realização de investimentos em obrigações. O segmento obrigacionista observou fortes investimentos durante o primeiro semestre em obrigações de taxa fixa, focado no mercado primário, permitindo captar os elevados *spreads* de crédito que se verificavam, privilegiando-se maturidades curtas de 3/5 anos e a manutenção do *rating* médio do *portfolio* em A2/A.

(milhares de euros)

Activos sob Gestão	2009	2008	VAR 09/08 %
Obrigações Taxa Fixa	10 848	673	1 511,9
Liquidez	2 925	12 045	-75,7
<b>TOTAL</b>	<b>13 774</b>	<b>12 718</b>	<b>8,3</b>

Em termos de resultados financeiros, o ano de 2009, apresenta um crescimento do valor absoluto face a 2008 de +652 milhares de euros. A carteira de investimentos só ganhou volume no final de Dezembro de 2008, sendo por isso a comparação homóloga inconsequente.

O ano de 2009 também ficou marcado pelo registo de mais-valias realizadas na alienação de obrigações de taxa fixa, num total de 388 milhares de euros. Ao longo do ano, a carteira encontrou-se investida, na sua maioria, em obrigações de taxa fixa.

Os Capitais Próprios foram beneficiados em +87 milhares de euros pelo impacto das mais-valias potenciais, obtidas no segmento obrigacionista.

A rentabilidade dos activos médios sobre o resultado financeiro situou-se nos 6,7%, o que compara com os 4,2% obtidos em 2008. A rentabilidade global em 2009, englobando as valias potenciais, foi de 7,5%.

(milhares de euros)

Resultado da Actividade Financeira	2009	2008	VAR 09/08 %
Activos financeiros disponíveis para venda	782	130	501,5
<b>TOTAL</b>	<b>782</b>	<b>130</b>	<b>501,5</b>

## 2.4.8 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O Resultado Líquido do Exercício de 2009 foi de -7 516 672 euros, resultado que se justifica pelo forte impacto de investimento em publicidade e variação das provisões técnicas, situação normal de uma empresa nos seus primeiros anos de actividade.

O capital em 2009 diminuiu 3 553 milhares de euros, relativamente ao ano anterior, totalizando 5 564 milhares de euros.

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2009 situou-se nos 130,3% (260,9% em 2008).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2009	2008	VAR 09/08 %
Capital Social	20 000	20 000	0,0
Outros Instrumentos de Capital	3 900	-	-
Reservas de Reavaliação	97	10	870,0
Reserva por Impostos Diferidos	-26	-3	766,7
Resultados Transitados	-10 890	-	-
Resultado Líquido	-7 517	-10 890	31,0
<b>TOTAL</b>	<b>5 564</b>	<b>9 117</b>	<b>-39,0</b>

De referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da actividade seguradora se encontrar largamente ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência mencionados.

## 2.4.9 GESTÃO DE RISCO, CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

Em Novembro de 2009, foi aprovada a Directiva 2009/138/CE, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros, e ao seu exercício (Solvência II). Esta Directiva estabelece normas que regem:

- O acesso às actividades de seguro directo e resseguro, e o seu exercício na Comunidade;
- A supervisão dos grupos de seguros e resseguros;
- O saneamento e a liquidação das empresas de seguro directo.

Os Estados-Membros, terão que transpor para normativo interno as referidas disposições legais, até 31 de Outubro de 2012.

Desde o seu lançamento, a LOGO tem vindo a adequar a sua estrutura, políticas e procedimentos, de modo a poder aproveitar este período de transição na preparação para os novos desafios que se avizinham e que implicarão alterações substanciais no negócio de seguros.

Assim, durante o ano de 2009, foram efectuadas diversas acções nesse sentido, das quais destacamos as seguintes:

- Lançamento de projecto de modelos internos de Capital Económico;
- Integração em grupos de trabalho do ISP e da APS sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II;
- Actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos e controlos;
- Sistematização e implementação de modelos de *reporting* de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance*;
- Definição, formalização e monitorização de uma política anti-fraude.

Decorrente da publicação durante o ano 2009 de diversos diplomas legais relacionados com a actividade seguradora, há ainda que salientar a avaliação dos impactos e acompanhamento da implementação dos mesmos, resultantes das alterações introduzidas à Lei de acesso e exercício da actividade seguradora, do novo Código do Trabalho, ou ainda do regime jurídico aplicável à prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através de centros telefónicos de relacionamento (*Contact Centers*).

## 2.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2009, o resultado líquido da Companhia foi negativo em 7 516 672 euros. Nos termos da alínea b) do Art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a transferência dos resultados negativos de 7 516 672 euros para Resultados Transitados.

## 2.6 OBJECTIVOS PARA 2010

O ano de 2010 será de continuação da consolidação do posicionamento e estratégia provada em 2008 e 2009, com vista a alcançar, e antecipar, os objectivos definidos para o triénio 2008-10, objectivos esses que se consubstanciam no alcançar de 100 mil clientes activos no final de 2010 e uma quota de 20% no mercado directo.

Assim, a LOGO continuará a desenvolver a sua actividade tendo em conta (i) a consolidação do ritmo de aquisição de clientes, (ii) a garantia de um serviço de excelência e (iii) a retenção e fidelização dos seus clientes.

2010 será igualmente o ano do alargamento da oferta, permitindo à LOGO posicionar-se como a seguradora de referência no mercado directo.

Paralelamente, o controlo de custos terá um grande enfoque em 2010, estando definidas e previstas um conjunto de medidas internas, com o objectivo de continuar a melhorar a *performance* de alguns indicadores de custos.

Em síntese, em 2010 a LOGO irá apostar no crescimento sustentado na contínua optimização do seu rácio combinado, de forma a prosseguir o caminho com vista à obtenção do *break-even* nos próximos anos.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Accionista, face ao empenho e dedicação dos seus Colaboradores, bem como à imprescindível colaboração prestada pela Tranquilidade, no lançamento e desenvolvimento da nova Companhia LOGO.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Vogal)



SHARON LOCKHART b. 1964 USA "Gary Gilpatrick, Insulator", 2008, 3 provas por revelação cromogénea, cada: 62,9 x 78,1 cm, Edição 5/6+AP.  
Cortesia do Artista & Neugerriemschneider, Berlin



# 03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

LOGO®

# 03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO (ACTIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

Activo	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	165		165	654
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	10 848		10 848	12 406
<b>Empréstimos e contas a receber</b>		<b>2 554</b>		<b>2 554</b>	
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	2 300		2 300	
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros	6	254		254	
Investimentos a deter até à maturidade					
<b>Terrenos e edifícios</b>					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros activos tangíveis	10	211	-45	166	67
Inventários					
Goodwill					
Outros activos intangíveis	12	1 555	-550	1 005	769
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>		<b>4 741</b>		<b>4 741</b>	<b>2 782</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	2 280		2 280	1 396
Provisão para sinistros	4	2 461		2 461	1 386
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>940</b>	<b>-145</b>	<b>795</b>	<b>212</b>
Contas a receber por operações de seguro directo	13	499	-145	354	94
Contas a receber por outras operações de resseguro					
Contas a receber por outras operações	13	441		441	118
<b>Activos por impostos</b>					
Activos por impostos correntes					
Activos por impostos diferidos					
Acréscimos e diferimentos	13	3		3	
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>21 017</b>	<b>-740</b>	<b>20 277</b>	<b>16 890</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

## BALANÇO (PASSIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

Passivo e Capital Próprio	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões técnicas</b>		<b>11 954</b>	<b>6 035</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	3 788	1 700
<b>Provisão para sinistros</b>		<b>4 188</b>	<b>1 723</b>
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	4 188	1 723
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade			
Provisão para riscos em curso	4	3 978	2 612
Outras provisões técnicas			
<b>Outros passivos financeiros</b>			
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>1 733</b>	<b>1 219</b>
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	30	10
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	395	593
Contas a pagar por outras operações	13	1 308	616
<b>Passivos por impostos</b>		<b>356</b>	<b>140</b>
Passivos por impostos correntes	24	330	137
Passivos por impostos diferidos	24	26	3
Acréscimos e diferimentos	13	670	379
Outras Provisões			
Outros Passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>14 713</b>	<b>7 773</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	25	20 000	20 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	3 900	
<b>Reservas de reavaliação</b>		<b>97</b>	<b>10</b>
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	97	10
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-26	-3
Outras reservas			
Resultados transitados		-10 890	
Resultado do exercício		-7 517	-10 890
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>5 564</b>	<b>9 117</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>20 277</b>	<b>16 890</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL

José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

## GANHOS E PERDAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>		<b>2 700</b>		<b>2 700</b>	<b>82</b>
Prémios brutos emitidos	14	11 447		11 447	4 113
Prémios de resseguro cedido	14	-7 021		-7 021	-3 302
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-2 610		-2 610	-2 125
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	884		884	1 396
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>4</b>	<b>3 369</b>		<b>3 369</b>	<b>634</b>
Montantes pagos		1 993		1 993	300
Montantes brutos		5 399		5 399	684
Parte dos resseguradores		-3 406		-3 406	-384
Provisão para sinistros (variação)		1 376		1 376	334
Montante bruto		2 451		2 451	1 720
Parte dos resseguradores		-1 075		-1 075	-1 386
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	1 366		1 366	2 612
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>21</b>	<b>6 112</b>		<b>6 112</b>	<b>7 792</b>
Custos de aquisição		7 557		7 557	7 630
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-522		-522	-425
Gastos administrativos		1 020		1 020	1 732
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 943		-1 943	-1 145
<b>Rendimentos</b>	<b>16</b>	<b>394</b>		<b>394</b>	<b>130</b>
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		394		394	130
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
<b>Gastos financeiros</b>	<b>16</b>	<b>7</b>		<b>7</b>	<b>4</b>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		7		7	4
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>		<b>388</b>		<b>388</b>	
De activos disponíveis para venda	17 e 18	388		388	
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
<b>Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</b>			<b>-79</b>	<b>-79</b>	<b>-66</b>
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-79	-79	-66
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-64		-64	20
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		3	3	-4
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>-7 436</b>	<b>-76</b>	<b>-7 512</b>	<b>-10 880</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-5	-5	-10
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>-7 436</b>	<b>-81</b>	<b>-7 517</b>	<b>-10 890</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

O DIRECTOR-GERAL

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Paulo Dias

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

José Pedro Barros Inácio

Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

**LOGO<sup>®</sup>**

**ROBERT FRANK** b. 1924, Suíça **"Mabou, Nova Scotia"**, 1977, (words on clothesline), Prova gelatina sal de prata, 27,94 x 35,56 cm.  
Cortesia do Artista



MABOU 1977



## 04 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

LOGO®

*Robert Faulstich*

# 04 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

Demonstração do Rendimento Integral	2009	2008
Resultado líquido do exercício	-7 517	-10 890
Variação de justo valor dos activos disponíveis para venda	87	10
Variação dos impostos correntes e diferidos	-23	-3
<b>Total do Rendimento Integral</b>	<b>-7 453</b>	<b>-10 883</b>

**LOGO<sup>®</sup>**

**ROBERT FRANK** b. 1924, Suíça, "Los Angeles" 1978, Prova gelatina sal de prata, 27,94 x 35,56 cm.  
Cortesia do Artista





# 05 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

LOGO®

# 05 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

## MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas			Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados		
<b>Balço a 01 de Janeiro 2008</b>	<b>7 500</b>								<b>7 500</b>
Aumentos/reduções de capital	12 500								12 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			10	-3					7
<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>12 500</b>		<b>10</b>	<b>-3</b>					<b>12 507</b>
Resultado líquido do período							-10 890	-10 890	-10 890
<b>Balço a 31 de Dezembro 2008</b>	<b>20 000</b>		<b>10</b>	<b>-3</b>				<b>-10 890</b>	<b>9 117</b>
Aumentos/reduções de capital		3 900							3 900
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			87	-23					64
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-10 890	10 890	
<b>Total das variações do capital próprio</b>		<b>3 900</b>	<b>87</b>	<b>-23</b>			<b>-10 890</b>	<b>10 890</b>	<b>3 964</b>
Resultado líquido do período							-7 517	-7 517	-7 517
<b>Balço a 31 de Dezembro 2009</b>	<b>20 000</b>	<b>3 900</b>	<b>97</b>	<b>-26</b>			<b>-10 890</b>	<b>-7 517</b>	<b>5 564</b>

**LOGO<sup>®</sup>**

**LEE FRIEDLANDER** b. 1934, USA, **"Philadelphia"**, 1963 da série "The little Screens", Prova gelatina sal de prata, 27,9 x 35,5 cm.  
© Lee Friedlander, courtesy Fraenkel Gallery, San Francisco and Galerie Thomas Zander Cologne





## 06 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

LOGO®

# 06 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

Demonstração de Fluxos de Caixa	2009	2008
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>	<b>-2 947</b>	<b>-5 874</b>
Resultado líquido do exercício	-7 517	-10 890
Depreciações e amortizações do exercício	365	230
Variação das provisões técnicas de seguro directo	5 919	6 035
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-1 959	-2 782
Variação de empréstimos e contas a receber	-254	-
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-583	-212
Variação de outros activos e passivos por impostos	216	140
Variação de outros activos e passivos	352	386
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	514	1 219
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>	<b>-1 442</b>	<b>-13 472</b>
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	1 558	-12 406
Variação em outros depósitos	-2 300	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-700	-1 066
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>	<b>3 900</b>	<b>12 500</b>
Subscrição de capital/Prestações acessórias	3 900	12 500
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>-489</b>	<b>-6 846</b>
Caixa e equivalentes no início do período	654	7 500
Caixa e equivalentes no fim do período	165	654

**LOGO<sup>®</sup>**

LEE FRIEDLANDER b. 1934, USA, "Las Vegas", 2002, da série "America by Car". Brometo de prata 50,8 x 40,6 cm.  
© Lee Friedlander, courtesy Fraenkel Gallery, San Francisco and Galerie Thomas Zander Cologne



# 07 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

LOGO®



# 07 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a actividade em 01 de Janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efectuado a 14 de Janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o mesmo número.

Exerce a actividade de seguros em Portugal sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1175, de Novembro de 2007.

Desde o lançamento, em Janeiro de 2008, que a LOGO explora o ramo Automóvel, sendo que em Dezembro de 2009 iniciou a exploração do ramo Multirrisco.

A LOGO tem como objectivo explorar o segmento de canais directos (telefone e internet), actuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

As Notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

### NOTA 2 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Até ao momento, a LOGO explora os ramos de seguro Automóvel e Multirrisco, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os das linhas de negócio para os quais a Companhia tem ao dispor dos seus clientes produtos e soluções, e estão, naturalmente, relacionados com o segmento Automóvel e Multirrisco.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos grupos alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando neste momento quatro produtos para Automóveis (LOGO Light, LOGO Topping, LOGO Safe e LOGO Max), um produto para Motociclos (LOGO Moto) e um produto para Multirrisco, com possibilidade de protecção do imóvel e/ou recheio (LOGO Casa).

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2009	Total Não Vida	Automóvel
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>		
Prémios brutos emitidos	11 447	10 447
Prémios de resseguro cedido	7 021	6 189
Prémios brutos adquiridos	8 837	8 094
Resultado dos investimentos	775	760
Custos com sinistros brutos	7 850	7 850
Custos de exploração brutos	8 055	7 450
Resultado técnico	-7 436	-6 884
<b>Rubricas de Balanço</b>		
Activos afectos à representação das provisões técnicas	12 782	12 161
Provisões técnicas	11 954	11 374

(milhares de euros)

2008	Total Não Vida	Automóvel
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>		
Prémios brutos emitidos	4 113	3 767
Prémios de resseguro cedido	3 302	3 014
Prémios brutos adquiridos	1 988	1 828
Resultado dos investimentos	55	53
Custos com sinistros brutos	2 404	2 404
Custos de exploração brutos	8 937	8 399
Resultado técnico	-10 881	-10 236
<b>Rubricas de Balanço</b>		
Activos afectos à representação das provisões técnicas	7 241	6 898
Provisões técnicas	6 035	5 750

### NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2009, a LOGO adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a LOGO adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pela LOGO na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta Nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a LOGO ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2010.

## PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

### Activos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
  - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
  - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
  - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

#### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de

activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

## Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

## Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro cedido.

## Benefícios aos empregados

### Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

## Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

## Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

## Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

## Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

## Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

## Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

## PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

## Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada de valores de mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## **NOTA 4 – NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO**

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

### **Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

#### Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

#### Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

#### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

#### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, e por uma análise actuarial tendo em conta as características específicas do negócio, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

#### Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

#### Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

## Variações de Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanco Ramos / Grupos de Ramos	2009			2008		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	1	-	1	-	-	-
Automóvel	4 292	858	3 434	1 939	388	1 551
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	442	89	353	186	37	149
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4 735</b>	<b>947</b>	<b>3 788</b>	<b>2 125</b>	<b>425</b>	<b>1 700</b>

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanco Ramos / Grupos de Ramos	2009			2008		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	1	-	1	-	-	-
Automóvel	2 353	470	1 883	1 939	388	1 551
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	256	52	204	186	37	149
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 610</b>	<b>522</b>	<b>2 088</b>	<b>2 125</b>	<b>425</b>	<b>1 700</b>

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanco		Variações de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	1 908	1 241	667	1 241
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	372	155	217	155
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 280</b>	<b>1 396</b>	<b>884</b>	<b>1 396</b>

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanco		Variações de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes de Trabalho	-	-	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	4 188	1 723	2 451	1 720
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4 188</b>	<b>1 723</b>	<b>2 451</b>	<b>1 720</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 846 milhares de euros (2008: 332 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de 163 milhares de euros (2008: 24 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros(*) em 31.12.2008	Sinistros(*) Pagos em 2009	Provisão para Sinistros em 31.12.2009	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel				
Responsabilidade Civil	1 292	698	501	-93
Outras Coberturas	431	306	127	2
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 723</b>	<b>1 004</b>	<b>628</b>	<b>-91</b>

(\*) Sinistros ocorridos no ano 2008 e anteriores.

Os reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variações de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes de Trabalho	-	-	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	2 461	1 386	1 075	1 386
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 461</b>	<b>1 386</b>	<b>1 075</b>	<b>1 386</b>

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 512 milhares de euros (2008: 295 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2009, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)-(3)
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	3 321	209	1 975	5 505
Outras Coberturas	1 788	81	476	2 345
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 109</b>	<b>290</b>	<b>2 451</b>	<b>7 850</b>
Resseguro Aceite	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>5 109</b>	<b>290</b>	<b>2 451</b>	<b>7 850</b>

A discriminação dos custos com sinistros 2008, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)-(3)
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	271	153	1 291	1 715
Outras Coberturas	209	51	429	689
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>204</b>	<b>1 720</b>	<b>2 404</b>
Resseguro Aceite	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>480</b>	<b>204</b>	<b>1 720</b>	<b>2 404</b>

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variações de Ganhos e Perdas	
	2009	2008	2009	2008
Acidentes Pessoais e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	3 753	2 476	1 277	2 476
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	225	136	89	136
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3 978</b>	<b>2 612</b>	<b>1 366</b>	<b>2 612</b>

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à variação da provisão para riscos em curso de seguro directo.

O cálculo da Provisão para riscos em curso foi alvo de um procedimento extraordinário, solicitado pela Companhia, e devidamente aprovado pelo ISP no âmbito da Norma nº 4/1998 de 16 de Março, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de um início de uma operação, originando uma necessidade de constituição de provisão menor.

Para tal, foram considerados determinados ajustamentos, em particular, no que respeita às despesas operacionais e de aquisição, que continuam a apresentar em 2009 valores anormalmente elevados em termos proporcionais aos prémios, e que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal.

## NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros não-vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos.	1 723	4 172
Pagamentos acumulados		
Um ano depois	1 004	-
Estimativa final de custos com sinistros		
Um ano depois	1 629	-
Excelente/ (défice) acumulado	94	-

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2009, para o ramo de Automóvel é constituído por um tratado em Quota Parte e por tratados em Excedente de Sinistro, para o ramo de Assistência por um tratado em Quota Parte e para o ramo Multirrisco por um tratado em Excedente de Sinistro, conforme quadro seguinte:

Ramos	Tipo de Resseguro
Automóvel (Responsabilidade Civil e Ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (Danos Próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (Responsabilidade Civil, Danos Próprios e Ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (Responsabilidade Civil, Danos Próprios e Ocupantes)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-623	-170
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-860	-280

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

## NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

### Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela LOGO, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global terá como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e *compliance*. Será igualmente monitorizada a gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Durante o ano de 2009 foi ainda aprofundada a coordenação entre o Comité Financeiro, responsável pela política de investimento e o Comité de Gestão de Risco Global.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

### Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

### Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, porém dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nos títulos de rendimento fixo. Na LOGO não existem passivos sensíveis a este risco.

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2009	2008
Taxa de juro	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	-373	-66

### Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. A carteira de títulos de rendimento fixo detida pela LOGO é composta sobretudo por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "BBB" – apenas 5% dos títulos são de emitentes de *rating* "BB".

(milhares de euros)

Rating	2009		2008	
	%	Valor	%	Valor
AAA	8%	901	62%	419
AA	17%	1 836	-	-
A	35%	3 812	38%	254
BBB	35%	3 784	-	-
BB	5%	515	-	-
B	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-
Unrated	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>10 848</b>	<b>100%</b>	<b>673</b>

Estes valores não incluem papel comercial e certificados de depósito, por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

## Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Actividade	Activos Financeiros Disponíveis para Venda					
	2009			2008		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	-	-	-	-	-	-
Comunicações	11%	1 202	-	-	-	-
Bens consumíveis (cíclico)	-	-	-	8%	1 010	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	-	-	-	-	-	-
Energia	3%	366	-	-	-	-
Financeiro	43%	4 675	-	2%	254	-
Fundos	-	-	-	-	-	-
Dívida pública	16%	1 666	-	3%	419	-
Industrial	22%	2 417	-	36%	4 472	-
Medicina	-	-	-	-	-	-
Tecnologia	-	-	-	-	-	-
Serviços públicos / colectivos	-	-	-	-	-	-
Outros	5%	522	-	51%	6 251	-
	<b>100%</b>	<b>10 848</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>12 406</b>	<b>-</b>

## Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para tal, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)

2009	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	-	2 465	712	7 225	2 911	1 049	14 362
Passivos financeiros	-	1 243	-	-	-	490	1 733
<b>Líquido</b>	<b>-</b>	<b>1 222</b>	<b>712</b>	<b>7 225</b>	<b>2 911</b>	<b>559</b>	<b>12 629</b>

(milhares de euros)

2008	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros	-	6 905	254	5 901	-	212	13 272
Passivos financeiros	-	613	-	-	-	606	1 219
<b>Líquido</b>	<b>-</b>	<b>6 292</b>	<b>254</b>	<b>5 901</b>	<b>-</b>	<b>-394</b>	<b>12 053</b>

## Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Apesar do novo regime jurídico do contrato de seguro ter, no que à cobrança de prémios diz respeito, ter substancialmente reduzido este risco, ainda assim, é especificamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de *rating*, e existe um acompanhamento regular da evolução dos *ratings* das entidades em carteira.

## Risco operacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia. O risco legal também é considerado no risco operacional.

### Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação dos desenhos dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A um primeiro nível, é representada pelas Direcções da LOGO, que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respectivos controlos;
- Um segundo nível, representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*.

- Um terceiro nível, representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas. O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º.14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Para mitigação deste risco, durante o ano 2009, a Companhia procedeu ainda à formalização e implementação de uma Política Anti-fraude, através da qual se definiram os princípios e procedimentos que regem os mecanismos de prevenção e detecção de situações fraudulentas ou práticas criminosas, bem como os mecanismos de registo e cooperação com as autoridades policiais, judiciais ou demais autoridades públicas com responsabilidades nesta área.

Neste âmbito foi igualmente iniciada a criação de uma base de dados de perdas na qual são registados todos os eventos susceptíveis de originar uma perda para a Companhia, de modo a monitorizar o risco e permitir que sejam tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes semelhantes no futuro.

## SOLVÊNCIA

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Elementos constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>4 559</b>	<b>8 348</b>
<b>Margem de solvência a constituir</b>	<b>3 500</b>	<b>3 200</b>
Resultado na óptica dos prémios	1 019	367
Resultado na óptica dos sinistros	667	313
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	313	-
Fundo de Garantia mínimo legal	3 500	3 200
<b>Excesso/insuficiência da margem de solvência</b>	<b>1 509</b>	<b>5 148</b>
<b>Taxa de cobertura da margem de solvência</b>	<b>130%</b>	<b>261%</b>

## ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

## RÁCIOS DE ACTIVIDADE

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, apresentam os valores abaixo, sendo que os mesmos se encontram condicionados pelo facto de se tratar apenas do segundo ano de actividade da empresa e dos efeitos naturais que daí resultam, reflectindo, no entanto, a evolução esperada do primeiro para o segundo ano:

	2009		2008	
	(%)			
a) Rácio de sinistralidade	105,0%		251,3%	
b) Rácio de aquisição	61,5%		175,2%	
c) Rácio administrativo	8,9%		42,1%	
<b>Rácio combinado</b>	<b>175,4%</b>		<b>468,6%</b>	

- a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / Prémios adquiridos.  
 b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios brutos emitidos.  
 c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / Prémios brutos emitidos.

## MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Contas a receber	16	2
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>16</b>	<b>2</b>

## NOTA 6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda	10 848	12 406
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	2 300	-
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>13 148</b>	<b>12 406</b>

### ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	916	419
De outros emissores	9 932	11 987
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
<b>Valor de balanço</b>	<b>10 848</b>	<b>12 406</b>

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	409	10	-	419
De outros emissores	11 987	-	-	11 987
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>12 396</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>12 406</b>
Obrigações e outros título de rendimento fixo				
De emissores públicos	913	3	-	916
De outros emissores	9 838	94	-	9 932
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>10 751</b>	<b>97</b>	<b>-</b>	<b>10 848</b>

### OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia tem ainda registado, em 31 de Dezembro de 2009, 254 milhares de euros referentes a operações por regularizar.

## JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2009		2008	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	165	165	654	654
Empréstimos e contas a receber	2 554	2 554	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	795	795	212	212
<b>ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>3 514</b>	<b>3 514</b>	<b>866</b>	<b>866</b>
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 733	1 733	1 219	1 219
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>1 733</b>	<b>1 733</b>	<b>1 219</b>	<b>1 219</b>

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

### METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)					
2009	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10 848	-	-	-	10 848
<b>Total</b>	<b>10 848</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10 848</b>

(milhares de euros)					
2008	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	673	-	-	11 733	12 406
<b>Total</b>	<b>673</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 733</b>	<b>12 406</b>

Os níveis representam a seguinte descrição:

#### Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

#### Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Nível 4:

Instrumentos financeiros valorizados a custo de aquisição.

## NOTA 8 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	165	654
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>654</b>

## NOTA 10 – OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A Companhia possui activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
<b>Equipamento</b>	<b>211</b>	<b>78</b>
Equipamento administrativo	172	70
Máquinas e ferramentas	3	3
Equipamento Informático	36	5
Instalações interiores	-	-
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>-45</b>	<b>-11</b>
<b>Imparidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>166</b>	<b>67</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2008</b>	-	-	-
Adições	78	-	78
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-11	-	-11
Abates/Vendas	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>67</b>
Adições	133	-	133
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-34	-	-34
Abates/Vendas	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>166</b>	<b>-</b>	<b>166</b>

## NOTA 11 – AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são como segue:

(milhares de euros)

2009	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	165	-	165
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	10 848	-	10 848
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 554	-	2 554
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	166	166
Outros activos	-	6 544	6 544
<b>Total</b>	<b>13 567</b>	<b>6 710</b>	<b>20 277</b>

(milhares de euros)

2008	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	654	-	654
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	12 406	-	12 406
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	67	67
Outros activos	-	3 763	3 763
<b>Total</b>	<b>13 060</b>	<b>3 830</b>	<b>16 890</b>

## NOTA 12 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o software, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O saldo das rubricas de Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Outros Intangíveis</b>	<b>1 555</b>	<b>988</b>
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	1 336	828
Software	160	160
Intangíveis em curso	59	-
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>-550</b>	<b>-219</b>
<b>Imparidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>1 005</b>	<b>769</b>

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2008</b>	-	-	-	-
Adições	10	160	818	988
Amortizações do exercício	-166	-53	-	-219
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	818	-	-818	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>662</b>	<b>107</b>	<b>-</b>	<b>769</b>
Adições	468	-	99	567
Amortizações do exercício	-278	-53	-	-331
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	40	-	-40	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>892</b>	<b>54</b>	<b>59</b>	<b>1 005</b>

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Amortizações do exercício de activos intangíveis</b>	<b>331</b>	<b>219</b>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	20	32
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	218	143
Gastos administrativos	93	44
Gastos financeiros		
Outros	-	-

## NOTA 13 - OUTROS ACTIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

### Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Activo bruto</b>	<b>499</b>	<b>160</b>
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	483	158
- reembolsos de sinistros	16	2
<b>Ajustamentos</b>	<b>-145</b>	<b>-66</b>
Recibos por cobrar	-145	-66
<b>Activo líquido</b>	<b>354</b>	<b>94</b>

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade - Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Ajustamento de recibos por cobrar</b>		
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>66</b>	<b>-</b>
Dotações do exercício	79	66
Utilizações do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>145</b>	<b>66</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Activo bruto</b>	<b>441</b>	<b>118</b>
Gestão por conta IDS e Representadas	300	62
APS	-	27
Adiantamentos a fornecedores	112	8
Outros valores a receber	29	21
<b>Activo líquido</b>	<b>441</b>	<b>118</b>

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Gastos diferidos	3	-
- Seguros	3	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

## Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	30	10
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	-	-
- Contas correntes	-	-
Co-seguradoras	-	-
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>10</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Resseguradores	395	593
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>593</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
Entidades relacionadas	236	200
Outros fornecedores de bens e serviços	1 007	413
Outros valores a pagar	65	3
<b>Total</b>	<b>1 308</b>	<b>616</b>

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2009	2008
<b>Acréscimo de custos</b>	<b>670</b>	<b>379</b>
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	210	176
- Fornecimentos e serviços externos	459	203
<b>Total</b>	<b>670</b>	<b>379</b>

## NOTA 14 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	1	-	1	-	-	-
Automóvel	10 447	3 767	2 353	1 939	8 094	1 828
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	999	346	256	186	743	160
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 447</b>	<b>4 113</b>	<b>2 610</b>	<b>2 125</b>	<b>8 837</b>	<b>1 988</b>

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-	-	-
Automóvel	6 189	3 014	667	1 241	5 522	1 773
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	832	288	217	155	615	133
Diversos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7 021</b>	<b>3 302</b>	<b>884</b>	<b>1 396</b>	<b>6 137</b>	<b>1 906</b>

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida de 2009, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e Doença	-	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos Automóvel	1	-	-	34	-
- Responsabilidade Civil	7 516	5 839	5 505	5 211	531
- Outras Coberturas	2 931	2 255	2 345	2 239	372
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	999	743	-	571	-615
Diversos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 447</b>	<b>8 837</b>	<b>7 850</b>	<b>8 055</b>	<b>287</b>
Resseguro Aceite	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>11 447</b>	<b>8 837</b>	<b>7 850</b>	<b>8 055</b>	<b>287</b>

## NOTA 16 - RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
<b>Juros</b>	<b>394</b>	<b>130</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	377	130
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	17	-
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>130</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	39	8
De outros emissores	338	122
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	17	-
Empréstimos e outros activos	-	-
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>130</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Custos imputados à função investimentos	7	4
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>4</b>

## NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respectivas categorias são como segue:

(milhares de euros)

	2009			2008		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Financeiros - Não ao justo valor através de resultados</b>	<b>390</b>	<b>-2</b>	<b>388</b>	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	390	-2	388	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>390</b>	<b>-2</b>	<b>388</b>	-	-	-

## NOTA 20 - OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
<b>Outros rendimentos técnicos</b>	<b>311</b>	<b>34</b>
Gestão por conta de sinistros	311	34
<b>Outros gastos técnicos</b>	<b>375</b>	<b>14</b>
Gestão por conta de sinistros	375	14
<b>Valor do ganhos e perdas</b>	<b>-64</b>	<b>20</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>	<b>22</b>	-
Correcções e acertos	22	-
<b>Outros gastos não técnicos</b>	<b>19</b>	<b>4</b>
Correcções e acertos	4	-
Outros gastos	11	-
Serviços bancários e juros de mora	4	4
<b>Valor do ganhos e perdas</b>	<b>3</b>	<b>-4</b>

## NOTA 21 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

(milhares de euros)

2009	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	113	13%	515	60%	231	27%	-	-	859	100%
Fornecimentos e serviços externos	157	2%	6 799	90%	558	7%	2	-	7 516	100%
Impostos	-	-	-	-	129	100%	-	-	129	100%
Amortizações	20	5%	243	67%	102	28%	-	-	365	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-	-	-	5	100%	5	100%
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>3%</b>	<b>7 557</b>	<b>85%</b>	<b>1 020</b>	<b>11%</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>8 874</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)

2008	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	45	4%	460	39%	668	57%	-	-	1 173	100%
Fornecimentos e serviços externos	128	2%	7 026	87%	906	11%	2	-	8 062	100%
Impostos	-	-	-	-	105	100%	-	-	105	100%
Amortizações	31	13%	144	63%	53	23%	2	1%	230	100%
Provisão para riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>2%</b>	<b>7 630</b>	<b>80%</b>	<b>1 732</b>	<b>18%</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>9 570</b>	<b>100%</b>

Os montantes dos Custos com o pessoal são analisados na Nota 22.

Os montantes dos Fornecimentos e Serviços Externos são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Electricidade, água e comunicações	131	38
Despesas de deslocação e representação	15	35
Rendas a alugueres	284	336
Manutenção de equipamento	46	38
Cobrança de prémios	107	34
Publicidade, <i>outsourcing</i> , consultadorias e trabalhos especializados	6 758	7 452
Outros serviços e fornecimentos diversos	175	129
<b>Total</b>	<b>7 516</b>	<b>8 062</b>

Os montantes dos Impostos e taxas são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Imposto do selo	-	60
Taxa para o ISP	28	10
Taxa para o Governos Civis	98	31
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	3	4
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>105</b>

Os montantes das Amortizações são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	278	166
Software	53	53
Equipamento informático	9	2
Equipamento administrativo e máquinas	25	9
<b>Total</b>	<b>365</b>	<b>230</b>

O montante de Outros Custos de 2009 é referente a comissões de gestão de carteira de investimentos.

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Custos de aquisição	-	-
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	7 557	7 630
Outros custos de aquisição	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	-522	-425
Gastos administrativos	-	-
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	1 020	1 732
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 943	-1 145
<b>Total</b>	<b>6 112</b>	<b>7 792</b>

## NOTA 22 – GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2009	2008
Direcção-Geral	1	1
Direcção	2	2
Quadro Técnico	6	5
Quadro de Apoio Geral	1	1
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>9</b>

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	2009	2008
Remunerações - Pessoal	690	965
Encargos sobre remunerações - Pessoal	131	184
Seguros obrigatórios	8	6
Gastos de acção social	25	1
Formação	4	16
Outros gastos com pessoal	1	1
<b>Total</b>	<b>859</b>	<b>1 173</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros dos órgãos sociais.

Dando cumprimento à Lei 28/2009, de 19 de Junho, de referir que não existiram, em 2009, remunerações pagas individualmente aos membros dos órgãos sociais de administração dado exercerem funções não remuneradas, bem como aos órgãos de fiscalização que embora remunerados não receberam qualquer valor durante 2009.

## NOTA 24 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia apresentou, nos exercícios de 2008 e 2009, resultados fiscais negativos de 10 905 milhares de euros e 7 548 milhares de euros, respectivamente, pelo que não houve lugar a apuramento de imposto corrente e derrama. De igual forma, e por prudência, também não foi calculado imposto diferido activo sobre estes valores, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal para o efeito, que é de 6 anos.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2009 e 2008 explica-se como segue:

	2009		2008	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	-	5	-	6
Retenção de imposto na fonte	-	10	-	10
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	304	-	110
Contribuições para a segurança social	-	11	-	11
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>330</b>	<b>-</b>	<b>137</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Títulos	-	-	-26	-3	-26	-3
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-26</b>	<b>-3</b>	<b>-26</b>	<b>-3</b>

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2009 foram reconhecidos como segue:

2009	Reservas de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto Corrente</b>	-	-	-5	-5
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-5	-5
<b>Imposto Diferido</b>	<b>-23</b>	-	-	<b>-23</b>
Títulos	-23	-	-	-23
<b>Total</b>	<b>-23</b>	<b>-</b>	<b>-5</b>	<b>-28</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2009	2008
Resultado antes de impostos	-7 512	-10 880
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
<b>Imposto apurado com base na taxa oficial</b>	<b>1 991</b>	<b>2 883</b>
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-1 991	-2 883
Imposto Autónomo	-5	-10
<b>Imposto Corrente + Diferido</b>	<b>-5</b>	<b>-10</b>

## NOTA 25 – CAPITAL

O capital da Seguros LOGO, S.A., de 20 milhões de euros representado por 4 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008.

Ao longo de 2009 o accionista único reforçou os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 3,9 milhões de euros.

## NOTA 26 – RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Reservas de justo valor de activos financeiros	97	10
Reserva por impostos diferidos	-26	-3
Outras reservas	-	-
- Reserva legal	-	-
- Reservas livres	-	-
<b>Reservas</b>	<b>71</b>	<b>7</b>

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	97	10
<b>Reservas de justo valor</b>	<b>97</b>	<b>10</b>

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	10 751	12 396
Imparidade	-	-
<b>Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade</b>	<b>10 751</b>	<b>12 396</b>
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	10 848	12 406
<b>Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)</b>	<b>97</b>	<b>10</b>
Impostos diferidos e correntes	-26	-3
<b>Reserva de reavaliação líquida de impostos</b>	<b>71</b>	<b>7</b>

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
<b>Saldo a 01 de Janeiro</b>	<b>7</b>	<b>-</b>
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	87	10
Imparidade reconhecida no ano	-	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-23	-3
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>71</b>	<b>7</b>

## NOTA 27 – RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	2009	2008
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-7 517	-10 890
Número de acções	4 000 000	4 000 000
<b>Resultados por acção (em euros)</b>	<b>-1,88</b>	<b>-2,72</b>

## NOTA 29 – TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O capital da LOGO é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a LOGO e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, resseguro e serviços de call center.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o montante global dos activos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2009				2008			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	2 465	-	-	-	6 905	-	-	-
TRANQUILIDADE	4 762	538	-6 358	-5 251	2 782	729	-2 827	-1 759
ES FINANCIER	511	-	-	-	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	-	832	-	-	43	288	-
ES CONTACT CENTER	-	33	391	-	-	67	490	-
ESPÍRITO SANTO - SERVIÇOS, 2, ACE	-	156	454	-	-	23	42	-
BESLEASING	-	8	-	-	-	-	-	-
TOP ATLÂNTICO	-	-	1	-	-	-	-	-
SGL	-	2	9	-	-	-	7	-
<b>Total</b>	<b>7 738</b>	<b>737</b>	<b>-4 671</b>	<b>-5 251</b>	<b>9 687</b>	<b>862</b>	<b>-2 000</b>	<b>-1 759</b>

## NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 meses	4 a 12 meses	+1 a 5 anos
Contratos de locação financeira	-	1	7
Contratos de locação operacional	7	20	30

## NOTA 31 – COMPROMISSOS

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2009	2008
Activos tangíveis (valor bruto)	9	-
Amortizações acumuladas	-3	-
<b>Activos tangíveis (valor líquido)</b>	<b>6</b>	<b>-</b>
<b>Credores - Fornecedores de bens</b>	<b>8</b>	<b>-</b>

## NOTA 37 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Adoptadas pela Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, a Companhia adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

#### IFRS 2 (alterado) – Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de *performance*, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### IFRS 7 (alterado) – Instrumentos financeiros: divulgações

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foi exclusivamente ao nível das divulgações.

#### IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade.

Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória para as Entidades Cotadas, nesta base não tem aplicação obrigatória na Companhia.

#### IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

#### IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Março de 2007, o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo.

Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação.

De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros.

A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos

como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008. Esta interpretação visa clarificar que:

- A cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- O instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- Aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é

reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Annual improvement project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2009 são como segue:

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que me deia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para

venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 - Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passa a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Ainda não adoptadas pela Companhia

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A Companhia irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

### IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### IFRS 3 (revista) – concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

## IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

## IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

## IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Grupo apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

## IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

## IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- As condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- O reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- A identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- O reconhecimento de proveitos;
- A contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

## Annual improvement project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pela Companhia a seguinte alteração:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia em 2010.

# ANEXO I - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(Valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3.5% 07/13		500 000,00	100,33%	99,7%	498 700,00	102,0%	510 105,06
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>500 000,00</b>			<b>498 700,00</b>		<b>510 105,06</b>
2.1.2.3 - De outros emissores							
BESPL 3.375% 02/15		700 000,00	98,98%	99,8%	698 845,00	99,4%	695 672,95
BESPL 5.625% 06/14		400 000,00	107,05%	107,2%	428 800,00	110,3%	441 100,40
CIMPOR 4,5 04-05/2011		600 000,00	101,43%	102,0%	611 700,00	104,1%	624 694,03
CXGD 4.375% 05/13		250 000,00	104,11%	99,6%	249 037,50	106,9%	267 264,52
EDP FINANCE 4.75% 09/16		250 000,00	103,87%	103,3%	258 125,00	105,1%	262 785,79
MONTEPIO GERAL 3.25% 07/12		500 000,00	101,37%	100,1%	500 500,00	102,8%	513 857,33
PORTEL 3.75 05-03/12		300 000,00	102,16%	97,0%	291 000,00	105,0%	315 119,14
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5% 11/04/19		250 000,00	100,70%	99,6%	249 072,50	101,5%	253 782,05
Dep Prazo EUR BES		0,00			1 000 000,00		1 000 000,00
Dep Prazo EUR MG		0,00			1 300 000,00		1 300 000,00
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>3 250 000,00</b>			<b>5 587 080,00</b>		<b>5 674 276,21</b>
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>3 750 000,00</b>			<b>6 085 780,00</b>		<b>6 184 381,27</b>
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
DBR 5,375% 2010		385 000,00	100,00%	101,4%	390 476,39	105,3%	405 466,97
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>385 000,00</b>			<b>390 476,39</b>		<b>405 466,97</b>
2.2.2.3 - De outros emissores							
ALSTOM 4% 09/23/14		500 000,00	101,63%	101,3%	506 400,00	102,7%	513 575,06
CRITERIA CAIXACORP 4.125% 11/14		300 000,00	100,52%	100,2%	300 600,00	101,0%	302 959,07
DAIMLER AG 4.625% 09/14		500 000,00	103,96%	100,8%	504 000,00	105,5%	527 400,89
DEUTSCHE TEL FIN 4% 01/19/15		600 000,00	101,69%	101,7%	609 900,00	105,5%	632 884,68
EDISON SPA 4.25% 07/14		350 000,00	102,70%	100,8%	352 730,00	104,6%	366 051,14
ENAGAS 3.25% 07/12		250 000,00	102,19%	100,0%	249 907,50	103,8%	259 434,83
ESPIRITO SANTO FINANCIER 4.5% 05/31/11		500 000,00	99,67%	99,6%	498 095,00	102,3%	511 726,71
FIAT FINANCE & TRADE 6.875% 02/15		500 000,00	102,18%	99,9%	499 675,00	103,1%	515 425,55
FUND ORD BANK 3% 11/19/14		750 000,00	99,70%	99,9%	749 107,50	100,0%	750 339,04
IBERCAJA 3.375% 11/14		500 000,00	98,84%	99,9%	499 580,00	99,2%	495 791,92
LAFARGE SA 6.125% 05/15		500 000,00	106,39%	104,4%	522 000,00	110,0%	550 157,19
PFIZER INC 3.625% 06/03/13		300 000,00	103,27%	100,9%	302 550,00	105,4%	316 098,86
SANOFI-AVENTIS 3.125% 10/14		500 000,00	101,26%	99,9%	499 385,00	101,9%	509 700,51
VOLKSWAGEN INTFN 3.75% 11/16/10		300 000,00	101,81%	99,9%	299 763,00	102,3%	306 809,70
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>6 350 000,00</b>			<b>6 393 693,00</b>		<b>6 558 355,15</b>
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>6 735 000,00</b>			<b>6 784 169,39</b>		<b>6 963 822,12</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>10 485 000,00</b>			<b>12 869 949,39</b>		<b>13 148 203,39</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>0</b>	<b>10 485 000,00</b>			<b>12 869 949,39</b>		<b>13 148 203,39</b>

**ROBERT ADAMS** b. 1937, New Jersey, USA, "Colorado Springs", 1968-72, Vintage, prova sal de prata, 25 x 20 cm.  
© Robert Adams





# 08 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**LOGO®**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **SEGUROS LOGO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de **20.277** milhares de euros e um total de capital próprio de **5.564** milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de **7.517** milhares de euros), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SEGUROS LOGO, S.A** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

#### ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:
  - ♦ Tal como referido no Relatório do Conselho de Administração o capital próprio da Companhia não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não obstante, a Companhia apresenta uma taxa de cobertura da Margem de Solvência de 130,3%, o que traduz um excesso de 1.060 milhares de euros face ao exigido pelas disposições regulamentares.

Lisboa, 08 de Março de 2010



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira

## 08 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

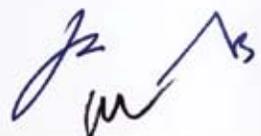
Exmos. Senhores Accionistas da  
**SEGUROS LOGO, S.A.**,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **SEGUROS LOGO, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2009, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Em 2009, a LOGO prosseguiu a sua estratégia de negócio, assente numa linha de comunicação e marketing inovadora e diferenciadora, dando início ao alargamento da oferta a outros ramos de seguros (seguro multiriscos), para além do automóvel. A diversificação da oferta permite à LOGO posicionar-se cada vez mais como a seguradora de referência junto do seu core target, disponibilizando aos seus clientes uma oferta integrada e inovadora de seguros.

Constatamos com satisfação que a Companhia continua a sua política de utilização racional dos recursos, mantendo na sua actividade



operacional e financeira uma política de minimização dos riscos inerentes à sua actividade.

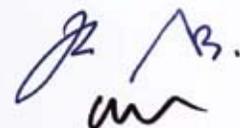
As medidas implementadas em 2009 permitiram ainda uma redução de custos face ao que estava previsto, apesar do forte investimento em publicidade, o qual se vai continuar a verificar nos próximos anos.

Neste exercício realce ainda para o reforço dos fundos próprios com a constituição de Prestações Acessórias num total de 3.900 milhares de euros.

De referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da actividade seguradora se encontrar largamente ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência (261% em 2008 e 130% em 2009).

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2009 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2009. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2009, datada de 8 de



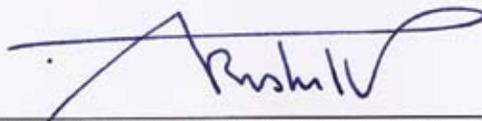
Março de 2010, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Seguros LOGO, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 23 de Fevereiro de 2010, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2009, no montante de -7.516.672 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 9 de Março de 2010

**O Conselho Fiscal**



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

**LOGO<sup>®</sup>**